

PROPIV

ECONÓMICO

14 de Dezembro 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 6
Nº 289
Director-Geral
Evaristo Mulaza



DE UM TOTAL DE 808,7 MIL MILHÕES KZ

Governo só encaixou 3% das vendas do PROPIV

PRIVATIZAÇÕES. Os 43 activos já alienados, no âmbito do Programa de Privatizações, permitiram uma facturação de 808,7 mil milhões de kwanzas, mas o Estado até ao momento só recebeu 24,11 mil milhões, cerca de 3% do total. Os números contrastam com os dados apresentados em Outubro pelo Igape. Na altura, o instituto garantiu que mais de metade do valor facturado já tinha entrado nos cofres públicos. Pág. 12



JOÃO SEARA, CEO DO CANDANDO, EXPLICA REVIRAVOLTA, APÓS ARRESTO

“O apoio das autoridades e da accionista [Isabel dos Santos] nunca falhou”

Págs. 4 a 8

PRESIDENTE DA AIA

José Severino de regresso à Filda



Pág. 11

MATÉRIA-PRIMA É, ENTRETANTO, IMPORTADA

Empresários apontam “lobby muito forte” na exportação de lingotes



Pág. 10

CUSTOS AGRAVADOS

IVA trava importação de botijas de gás

Pág. 13

Editorial

CAMARADAS, A FOME AGORA É ABSOLUTA!

Na última terça-feira, quatro dias antes do discurso de encerramento do Congresso do MPLA, lembramos aqui a marca da insensibilidade crónica do partido no poder e do seu Governo. Escrevemos sobre a indiferença de João Lourenço e do MPLA, face à pobreza extrema que ceifa inúmeras vidas angolanas pelos quatro cantos do país. E recorremos à incansável guerra de Lula da Silva contra a fome, para recordar aos governantes angolanos o fim último da governação. O texto acabou por ganhar uma dimensão quase premonitória, quanto ao que seria o desfecho da reunião dos ‘camaradas’, no último sábado.

Mais uma vez, no alto da sua indolência, João Lourenço fez questão de desprezar o sofrimento de milhões de angolanos. E transformou a sua intervenção de encerramento do congresso num dos

discursos mais infames do seu mandato. Desta vez, o presidente do MPLA não se limitou a espalhar insensibilidade, ao relativizar a fome. Demonstrou a razão da ausência total de discernimento em muitas das decisões do seu Governo.

É isso o que pode ser visto também, por exemplo, na recente aprovação de 150 milhões de dólares para a construção de dois estádios de futebol no Uíge e no Huambo. O que há nessa decisão é uma combinação catastrófica de insensibilidade e completa falta de juízo. Porque nenhum Governo minimamente sensível e consciente aplica centenas de milhões de dólares em estádios de futebol, sem pretexto de fundo, quando vários pedaços do país se encontram em situação de emergência humanitária.

Mas, como se sabe, este é apenas mais um caso de desvario dos inúmeros que poderiam ser recordados. Como também se deve recordar que a ‘renovação’ consumada na direcção do MPLA não deve trazer consigo uma perspectiva nova

de ver e tratar os angolanos. Afinal, tal como alertado vezes sem conta neste espaço, entre os vários cancros que incapacitam o MPLA, destaca-se necessariamente a qualidade da sua liderança. A razão é conhecida. Por vício de fabrico e do poder absoluto, no MPLA, é a liderança que define e determina as cores do arco-íris, em cada dia. O resto segue religiosamente como um disciplinado rebanho. Tudo simples e fácil. Se, no sábado, o presidente entende que a fome em Angola é relativa, é exactamente desta forma que o resto do MPLA deve olhar para a fome. E é como tal que os achados intelectuais do partido devem defender a ‘visão’ do presidente publicamente. Não foi diferente, aliás, do que se viu e ouviu de vários intelectuais do MPLA, ao contraporem as críticas da sociedade ao infame discurso. E ninguém se surpreenderá se esses mesmos intelectuais seguirem o seu presidente, se este, por decisão súbita, passar a ver a fome dos angolanos como ‘absoluta’.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



FERNANDO FERREIRA,
empresário

Como olha hoje para o sector da restauração e do turismo? Vai ser muito difícil recuperar, principalmente para os que têm estabelecimentos fora dos grandes centros urbanos, como é o meu caso. Refiro-me concretamente aos restaurantes e resorts. Além disso, o excesso de roulettes também ofusca o negócio porque estas vendem a cerveja, por exemplo, ao preço de 3 unidades a 500 kwanzas e não pagam impostos.

É concorrência desleal?

Obviamente! E para se inverter esse quadro, será necessária uma séria fiscalização e não a que temos hoje de fachada.

E quanto ao turismo?

O turista não vai sentar-se numa roulette por causa da falta de condições mínimas de higiene. Ou seja, nem sequer têm uma retrete ao lado. Por outro lado, as empresas cervejeiras prometeram instalar serpentinas nos restaurantes, incluindo cadeiras, mesas, como forma de publicitar os seus serviços, mas, paradoxalmente, oferecem tudo isso às roulettes e a casas precárias. Portanto, no final do dia, tudo se resume à falta de fiscalização.

07
TERÇA-FEIRA

O embaixador de Portugal, Pedro Pessoa e Costa, anuncia que devem chegar novas doações portuguesas de vacinas a Angola, esperando atingir cerca de 3 milhões de vacinas doadas.

08
QUARTA-FEIRA

A directora do Serviço de Recuperação de Activos de Angola (Senra), Eduarda Rodrigues, garante que há cerca de 50 mil milhões de dólares em processos que estão em investigação patrimonial, admitindo perdas por ultrapassagem de prazos judiciais.

09
QUINTA-FEIRA

O Tribunal Constitucional (TC) indefere o pedido de impugnação do VIII Congresso Ordinário do MPLA, solicitado por António Venâncio, pré-candidato à liderança do partido, por se tratar de uma “providência cautelar não especificada”.



SEGUNDA-FEIRA

A Solenova, ‘joint venture’ da petrolífera italiana Eni e da angolana Sonangol, assina um contrato para o desenvolvimento da primeira fase do projecto fotovoltaico de Caraculo, no Namibe.

10
SEXTA-FEIRA

O Presidente do MPLA e de Angola, João Lourenço, destaca a liderança do seu antecessor, José Eduardo dos Santos, na construção da paz, exortando as novas gerações a não repetirem os erros do passado.



11
SÁBADO

A dívida às empresas portuguesas em Angola ultrapassa os 500 milhões de euros, dos quais cerca de 25% estão ainda por pagar, estima o delegado da Aicep em Angola, Miguel Fontoura, que assinalou, no entanto, os “progressos consideráveis” que têm sido feitos.



12
DOMINGO

A Autoridade Nacional da Aviação Civil (Anac) suspende a operação de voos da Fly Angola devido ao incumprimento do programa de manutenção das aeronaves, segundo um comunicado desta entidade.



COTAÇÃO



PETRÓLEO CAI...

O petróleo começou a terça-feira a cair, por conta de receios causados pela nova variante ómicron do coronavírus, que poderá afectar a recuperação global. O Brent negociou as entregas de Fevereiro a 73,68 dólares, perdendo 0,95%. No mesmo sentido, o WTI perdeu 0,83%, negociando as entregas para Janeiro a 70,70 dólares.



MINEIROS SEGUEM EM BAIXA...

Os minérios fecharam a sessão desta terça-feira com perdas. O ouro negociou as entregas de Fevereiro a 1.772,20 dólares por onça troy, caindo 0,90%. A prata caiu 1,89%, negociando as entregas de Março a 21,907 dólares por onça troy. Já o cobre negociou 4,26 dólares por libra-peso, representando perdas de 0,56%.

Entrevista

JOÃO SEARA, CEO DA REDE CANDANDO

“Os problemas que a accionista teve com as autoridades portuguesas causaram um dano grande ao Candando”

Com uma travessia quase pelo deserto depois do arresto em que o Candando perdeu quase metade dos clientes, João Seara acredita numa nova era. As lojas já não estão vazias e o hipermercado quase voltou a ter a mesma força que tinha antes do arresto. A Reviravolta “foi possível” graças a um processo de reestruturação e pelo suporte financeiro da accionista Isabel dos Santos. Em entrevista ao VE, João Seara, já de malas feitas para deixar a gestão do Candando, aplaude algumas medidas do Governo que visam estimular a produção nacional, mas lembra que ela tem de ser competitiva sob pena de se criar monopólios.

Por Isabel Dinis

Como está o Candando hoje? Passámos um contexto, nos últimos dois anos, bastante complexo. Difícil por questões económicas, relacionadas com a crise pandémica e com os constrangimentos que sofremos por via dos processos sobre a nossa accionista. Estes constrangimentos levaram a uma série de dificuldades que puseram, até mesmo em causa, a continuidade do Candando. Houve momentos em que praticamente não tínhamos produtos nas prateleiras e foi preciso nos redefinirmos e nos reinventarmos. Passámos por um processo de adaptação em duas fases. Uma em que fizemos a optimização de custos. Intervimos nos encargos com pessoal, com funcionamento e marketing e até mesmo em optimizações internas com vista à redução das quebras. Fizemos poupanças que poderão significar cerca de cinco milhões de dólares. São poupan-



ças bastante significativas. Paralelamente, tivemos de reestruturar a dívida para com os bancos. Tínhamos uma exposição bastante elevada e foi preciso renegociarmos. Renegociámos taxas de juros, ficámos ao abrigo do aviso 10. Com a ajuda do Ministério do Comércio e também do BNA, renegociámos pagamentos e até convertimos empréstimos que tínhamos em moeda estrangeira para a nacional. Isso deu-nos alguma folga. Fizemos uma optimização dos ‘layouts’ das lojas. Eram muito grandes. Tínhamos, além do Candando, a Wammo e Cuida. A

Qualquer benefício que seja dado a um concorrente que não seja dado a todos gera descompetitividade de uns para outros.

segunda fase, já com um fôlego financeiro maior, foi aumentar a gama de produtos nacionais. Passava por repor a oferta de produtos internacionais. Nunca iríamos conseguir repor ao nível do passado. A economia nacional já não absorve tanto a importação como antigamente. Tivemos de nos reinventar na área de produtos frescos e com a redução de encargos com o pessoal. Introduzimos a marca Continente. Fizemos um esforço para manter os espaços limpos e agradáveis e para termos a vacinação em dia. Fizemos um novo posicio-

namento de preços. O Candando era conhecido, infelizmente, por ter preços mais altos do que o resto do mercado. Reposicionamo-nos.

De que forma?

Hoje estamos a monitorizar melhor a concorrência. Em especial, aquela que é conhecida por ter preços mais baixos. Estamos a igualar os preços. Hoje não é mais caro ir ao Candando do que ir à concorrência, bem pelo contrário. As pessoas podem ficar surpreendidas pelos preços. Além de ser barato, ou tão barato como nos outros sítios, acaba por ter toda a oferta num espaço muito mais seguro, agradável e confortável do que alguns dos nossos concorrentes. Aumentámos a agressividade promocional. Não tínhamos folhetos. Agora temos folhetos semanais. Focamos na comunicação digital e em campanhas de comunicação.

Como lidou com o período mais complicado depois do arresto, quando tinha as lojas vazias?

A Contidis e a Conticash, as empresas que gerem o Candando, nunca foram efectivamente arrestadas.

“Passei muitas noites sem dormir. Tinha grandes dores de barriga. Mas há um sentido de responsabilidade que toda a equipa tem com os colaboradores e com clientes que faz com que a gente tente lutar e dar a volta à situação.”

A empresa arrestada foi a Condis que é a accionista destas empresas. Sempre pudemos mover-nos e implementar as acções que achámos por bem implementar e sempre tivemos apoios das autoridades locais, do Ministério do Comércio, PGR, Igape e BNA. Obviamente, o constrangimento gerado, por via do arresto, é sobretudo no apoio da accionista. A disponibilidade financeira reduziu-se. Os problemas que a accionista teve em Portugal tiveram impactos brutais em nós. Os problemas que a accionista teve com as autoridades portuguesas causaram um dano muito, muito grande no Candando. Perdemos credibilidade junto das instituições financeiras e dos fornecedores internacionais e sobretudo perdemos o apoio das grandes seguradoras para importar. Foi um período curto, obviamente complicado, mas que felizmente conseguimos ultrapassar com o apoio das autoridades angolanas.

Como encarou essa fase do arresto?

Passei muitas noites sem dormir. Tinha grandes dores de barriga. Mas há um sentido de responsabilidade que toda a equipa tem com os colaboradores e com clientes que faz com que a gente tente lutar e dar a volta à situação. O apoio das autoridades e da accionista nunca falhou. Acabámos por dar a volta à situação. Foi feito um aporte de capital vital para podermos retomar a nossa proposta de valor. Logo à partida, foi possível pagar a fornecedores, repor o ‘stock’ nacional e começar as compras internacionais. Fomos buscar marcas como o Continente e outras internacionais. Isto permite aumentar as vendas e gerar ‘cash-flow’.

Este aporte foi feito pela accionista?

Este aporte foi feito pela accionista. Mas só foi possível ter acesso a ele pelos esforços conjuntos com as autoridades angolanas. Na origem, está um pedido de autorização feito ao tribunal para fazer o aporte, apesar das medidas em vigor devido aos processos judiciais.

Qual é o valor deste aporte?

Não queria falar do valor, apenas dizer que foi feito este aporte.

Isabel dos Santos chegou a colocar possibilidade de encerrar algumas lojas?

Isso foi uma notícia que saiu logo a seguir, ou durante o processo, mas nunca foi real. Nunca houve



intenção da engenheira de fechar alguma loja, nem nunca foi nossa intenção de fechar. Obviamente, tivemos momentos de alguma dificuldade e constrangimento financeiro que poderiam indicar isso. Quando os clientes chegam à loja, e vêem-na com poucos produtos, ficam assustados. O importante é que conseguimos dar a volta. Hoje pode entrar no Candando e sentir que o Candando está forte e de volta.

Houve, nesses momentos, muita exposição de produtos nacionais, de muitas marcas. Como foi ter

de olhar para o mercado interno?

O Candando, desde o primeiro momento, apoiou a produção nacional. Estávamos em 2015. Passaram quase sete anos. Não podemos olhar para realidade de 2015 pensando que é a mesma de hoje. Desde o princípio, apoiámos a produção nacional nos sectores agro-pecuário e agro-industrial. Não existia tanta oferta como hoje. Não foi devido a qualquer constrangimento nosso que, de repente, olhámos para a produção nacional. Foram surgindo novos operadores e novas indústrias. Houve sectores que se desen-

volveram bastante. A compra de produtos nacionais tornou-se mais visível. Mas, como estávamos impedidos de fazer importações, também se acaba por dar destaque aos produtos nacionais. Mas sempre foi dado. O Candando tem áreas, nomeadamente nas bebidas, massas e detergentes, em que apostamos muito nas marcas nacionais. Na pecuária e agricultura, quase toda a nossa oferta é nacional. Não há salmão em Angola e figos e castanhas e isso tem de ser importado. É verdade que, no início da nossa operação, tínhamos cerca

de 90% da nossa gama internacional e hoje é apenas 10%. A própria oferta nacional tem vindo a aumentar. Todos os constrangimentos financeiros fizeram com que o Governo tomasse uma série de medidas que têm resultado no impulsionar da produção nacional.

Que riscos isso pode ter?

A produção nacional deve ser fomentada, mas tem de ser competitiva. Não pode ser protegida ao ponto de deixar de ser competitiva. Se se gerarem monopólios, a nível nacional, não há concorrência e não havendo concorrência os preços não baixam. É importante que se mantenha, pelo menos enquanto não há concorrência, algum nível de importação para que as empresas nacionais tenham um controlo no posicionamento de preços.

Que políticas do Governo têm resultado e quais são que podem gerar monopólios?

O Estado angolano tem vindo a implementar algumas medidas, na restrição de importação de alguns produtos e no aumento de taxas aduaneiras. A conjugação disso, juntamente com uma estabilidade cambial maior e com uma política que visa dar confiança a investidores internacionais, permite que alguns sectores e investidores tenham vindo a criar indústrias nacionais. Isso é positivo. Temos de equilibrar a balança de importações para termos uma moeda estável e forte. O risco é se protegermos demasiado uma ou outra empresa, uma ou outra indústria, podemos evitar que estas empresas tenham concorrência e não estamos a potenciar o baixo custo. Estamos simplesmente a fazer com que estas empresas fiquem com mais margem. O consumidor final não ganha com isso. Há um risco que tem que ver com crescimento da economia informal. Não creio que seja opção. O Governo quer combater a economia informal, no entanto é uma tendência normal. Quando há crise, a economia informal cresce. Todos devíamos combater esta informalidade, porque isso não gera emprego, não paga impostos e nem gera valor.

De que forma?

Veja quem são os grandes importadores. Veja se pagam impostos.

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5

Não pagam impostos?

Faça a comparação entre os maiores contribuintes fiscais e os maiores importadores. Quem importa paga impostos. Não é isso que se está a verificar. É uma pena e é mau para o país.

Alguns países, como a Rússia, EUA, entre outras potências, estão contra as medidas de restrições de Angola. Acusam o Governo de protecção. Como encara isso?

Infelizmente, vivemos um contexto internacional desafiante para todas as economias. Há uma crise pandémica que é generalizada e um aumento do preço das matérias-primas. Criou-se um desequilíbrio fruto de algumas restrições nas importações. No geral, só posso dar, não diria os parabéns, mas posso compreender e congratular-se como as coisas estão a ser conduzidas. Há uma estabilidade cambial e até uma apreciação da moeda que muito tem contribuído para que as empresas recuperem os níveis de capitalização.

O Candando tem produtos da marca portuguesa Continente. Como o surgiu esse acordo?

O Candando sempre ofereceu marcas internacionais. Já tivemos marcas transversais como a do Continente, a Amanhecer, que era uma grande aposta nossa. Fruto de várias decisões e do contexto acabámos por trocar a transversalidade da Amanhecer pela do Continente. Não há um propósito de alicerçarmos numa marca que não o Candando. De facto, há um sortido grande da marca, porque consegue trazer produtos de qualidade e a preço baixo. Num contexto como o que vivemos hoje, é uma marca que interessa.

O Continente é uma marca do grupo Sonae, que seria um dos accionistas do Candando, mas não foi porque Isabel dos Santos rompeu o acordo. Como é que agora surge a marca do grupo Sonae no Candando?

Foi um processo que envolveu a nossa accionista e os accionistas do Grupo Sonae. Não tem muito que ver com a gestão da marca Candando. Não temos conflitos com ninguém. Bem pelo contrário, damos-nos bem com toda a gente incluindo os concorrentes. O que procuramos é encontrar soluções



que se adequem às necessidades dos clientes. A marca Continente estava disponível. Temos um grande respeito pelo Grupo Sonae e pelo Continente. A marca é conhecida no mercado angolano. Não fomos os primeiros a disponibilizar a marca. Houve outros 'players' que o fizeram. Fizemos apenas de uma forma melhor e provavelmente mais exposta. É uma marca que se adequa bem no nosso contexto.

Quem são os vossos maiores fornecedores?

Temos as empresas que fornecem produtos agrícolas, como a NovaAgrolider e a Fazenda Girassol. Temos a Agroquibala e as Carnes Valinho. Temos o Grupo Refriango e hoje são esses os nossos maiores fornecedores.

A nível externo?

Trabalhamos com a Sovena, que faz o óleo Fula e o azeite Oliveira da Serra, com a Lactogal, que for-

nece o leite Mimosas, com um grupo que vende a marca Continente que não é o Grupo Sonae. Trabalhamos com os principais fornecedores de marcas internacionais, mas nenhum tem maior peso do que os nacionais. Está muito fragmentado.

Há quem diga que é mais fácil ter produtos importados. Como avalia as recentes políticas do Governo?

Há restrições muito grandes nas importações. Sejam elas por via da emissão das licenças, sejam inerentes de todos os custos da importação. Mas estas limitações são normais e razoáveis e não é por isso que não oferecemos o que queremos oferecer. Procuramos sempre ter o que é nacional. Infelizmente, a indústria nacional ainda é muito pequena e leva-nos a ter de importar. No passado, o peso das importações era de 90% e hoje é menos de 50%.

Mas importar ainda é mais proveitoso?

É sempre mais proveitoso comprar local do que mandar vir. Mas há franjas em que a produção nacional é inexistente. Não compensa importar cervejas e detergentes. Mas há clientes que têm mais confiança em produtos mais caros importados do que em nacionais mais baratos. Há pessoas que preferem comprar Skip do que Madar ou Limpa. Mas não é que o Limpa seja caro. O Skip é que é a marca de confiança do consumidor.

Nos lacticínios, muitas vezes, o produto nacional é muito mais caro do que o importado...

Há uma dificuldade que o mercado nacional tem nos lacticínios. A grande dificuldade é que trabalha com leite reconstituído. Não só o produto final não é o mesmo como os custos não são mais baixos. Isso faz com que a indústria esteja dependente das importações. Um iogurte nacional nunca vai ser comparado ao

iogurte fresco que é importado. Um é feito de leite reconstituído e outro de leite natural.

O Governo tem tentado baixar ou conter a alta de preços. A redução da taxa do IVA em 2022 é uma das medidas. Há mais coisas para se fazer?

O Governo está a fazer o que pode, numa altura em que se assiste a um crescimento do preço das matérias-primas. Estamos em máximos históricos mundiais e é muito difícil travar o aumento do preço dos produtos, porque as matérias-primas cresceram fora do mercado nacional. Não tem nada que ver com Angola. É mundial. Paralelamente, há uma crise muito grande nos fretes marítimos em que os custos cresceram muito e isso tem impacto na economia. O Governo tenta conter preços. Outra coisa que também pode fazer é apoiar a concorrência. A concorrência faz baixar preços. Se mantiver mercados concorren-

“Faça a comparação entre os maiores contribuintes fiscais e os maiores importadores. Quem importa paga impostos. Não é isso que se está a verificar. É uma pena e é mau para o país.”



tes internos, pode ter a certeza que os preços não vão subir.

Este apoio passa por onde?

Facilitar os licenciamentos. Não privilegiar nenhum concorrente em detrimento de outro. Não estou a dizer que eles tenham feito. Mas a concorrência é salutar. Há que criar condições para que a concorrência se instale, para que existam mais ‘players’.

O Governo pode fazer mais?

Não creio que possa fazer muito mais. Já fez a redução do IVA e ajustes nas taxas aduaneiras. Não pode fazer muito mais. Mesmo a imposição de preços, é negativa. Não podemos impor preços do arroz e da batata, porque tem de ser o preço de mercado. É o próprio mercado que faz o ajustamento.

Não apoia os preços vigiados?

São vigiados e não são impostos. Há uma sensibilização do Governo aos

operadores. São os próprios operadores que têm interesse em que os preços estejam competitivos e nivelados. A livre concorrência deve ser incentivada e mantida.

Há livre concorrência no mercado angolano?

Há algumas coisas menos boas. Em geral, não tenho sentido grandes constrangimentos.

Que coisas menos boas?

Não vou entrar por aí.

São coisas que vos afectam?

Qualquer benefício que seja dado a um concorrente que não seja dado a todos gera descompetitividade de uns para outros.

Temos isso?

Podemos ter.

Não sabe se tem?

Muito sinceramente, não queria entrar por aí. São coisas que não valem a pena. O Governo está a fazer todos os possíveis. Não me sinto limitado. A única limitação que tenho é por via do accionista. Estas limitações são impostas... mas não tenho limitações.

Pretende abrir novas lojas? Quais são os vossos planos para os próximos anos?

Queremos consolidar o nosso posicionamento. Temos de atrair clientes. E esse vai ser o principal foco. Fazer os clientes perceberem que o Candando está de volta e forte. Não vamos deixar de equacionar a abertura de novas lojas. Não é fácil, porque qualquer plano expansionista exige investimento e para haver investimento é preciso haver accionistas fortes. Temos uma limitação de crescimento, porque a nossa accionista tem limitações. É nossa intenção no próximo ano abrir supermercados. O ritmo de expansão é que será mais lento.

Depois do arresto, qual foi a redução de clientes?

Houve uma redução de quase 50% há um ano meio. Temos estado a recuperar os clientes a um ritmo bastante acelerado. Estamos a crescer em vendas e clientes na casa dos dois dígitos e estamos contentes com isso. Ainda não recuperámos. Estamos a ser visitados quase diariamente por mais de oito mil clientes.

Tiveram de despedir?

Nunca despedimos ninguém. Não fizemos despedimentos nem mesmo

Nunca houve intenção da engenharia de fechar nenhuma loja, nem nunca foi nossa intenção de fechar. Obviamente, que tivemos momentos de alguma dificuldade e constrangimento financeiro que poderiam indicar isso.

Há uma dificuldade que o mercado nacional tem nos lacticínios. Trabalha com leite reconstituído.

quando tínhamos uma situação financeira diferente. Fizemos alguma reestruturação que levou à redução de quadros. Houve uma redução significativa da estrutura central. Há dois anos, éramos cerca de 80 ou 85 expatriados e hoje temos apenas 14 na direcção da empresa. Houve adaptações. Como o volume de negócios baixou, também não precisamos de tantas pessoas. Chegámos a ser 1.500 pessoas e hoje cerca de 700 no total. Com o recuperar das lojas, vamos precisar de mais pessoas. Não fizemos a renovação de contratos. Isso não é um despedimento

Mas se não renovaram...

É a natureza dos contratos. As pessoas, quando entram aqui, sabem que é um contrato temporário. Nunca tivemos um conflito social dentro da empresa. As coisas têm sido muito ‘soft’.

Ressentiram-se dos expatriados que se foram embora?

Não queria muito falar de expatriados versus nacionais. Não havendo em Angola quadros com experiência significativa, tivemos de recorrer a quadros de fora. Estas pessoas fizeram o trabalho, treinaram os nacionais, conseguiram criar rotinas e agora permite-nos trabalhar com menos.

Há ainda uma preocupação de alguns funcionários do Candando sobre o futuro. E alguns, até a brincar, dizem que têm saudades de Isabel dos Santos. Ainda têm razões para estes receios?

Se houve motivos no passado, hoje todos eles estarão confiantes de que as coisas vão seguir por um caminho positivo. Os nossos funcionários estão muito próximos da gestão e conseguem perceber quando estamos num momento mau ou bom. Houve momentos maus. É natural que as pessoas tenham sentido algum medo, receio pelo emprego. Neste momento, não vejo que isso seja tema. Precisamos de crescer. Vai depender da forma como nos adaptamos às condições económicas. Mas isso não muda. É assim para todas as empresas. Ninguém pode assegurar a 100% que vai estar tudo bem porque ninguém sabe bem o futuro. Estamos em condições para continuar a operar sem dramas.

Pretende voltar ao formato anterior das lojas Wamo?

Num futuro próximo, não vejo que vamos por aí. A nossa ideia é centrarmo-nos no negócio de supermercados e hipermercados. Ao longo prazo, não sei o que vai acontecer.

Como é que costuma lidar com a concorrência? Há a impressão do surgimento de novos ‘players’...

Temos sempre boas relações com todos os concorrentes. O que é bastante positivo. Sinto que há maior diálogo e interacção em Angola do que em Portugal. A concorrência ajuda a que o mercado melhore. Quando o Candando entrou, fomos padrão para a maior parte da concorrência. Quando se instalou, passou a ser ‘benchmarking’ para uma série de concorrentes e com isso melhoraram. Fazemos muito esforço para liderar. O que temos vindo a assistir é um aumento do número de lojas de alguns dos nossos concorrentes. Fruto de um accionista mais presente. Mas vemos isso com bons olhos.

Continuação na página 8

Entrevista

Continuação da página 7



Mário Marques © VE

Referiu que sente maior interação entre a concorrência em Angola...

São mercados pequenos. O que acontece é que o mercado informal é muito grande. Há muito espaço para crescer no mercado formal. O informal deve pesar 70%. Há aqui um clima de interajuda entre os concorrentes nacionais sem pôr em causa a proposta de valor e a competitividade de cada um. Não há aqui concertação nenhuma.

Têm algum concorrente directo?

Todos são meus concorrentes directos. Não há só um.

Apesar das dificuldades, tiveram alguma tentação de tentar entrar na corrida para gerir a rede de supermercados Kero?

Nunca o poderíamos fazer. Somos gestores e isso implicaria um envolvimento do accionista. Teria de perguntar ao accionista.

Era mesmo do accionista que perguntava...

Desconheço.

Como é que encarou os impactos da pandemia?

Desde o início que levamos muito a sério os impactos da pandemia. Quer no comportamento dos consumidores quer no dos trabalhadores. Fomos das primeiras empresas a pôr os colaboradores em teletrabalho. Implementámos as políticas recomendadas na limitação de pessoas e uso da máscara. Fizemos um grande esforço para os nossos trabalhadores se vacinarem. Fomos os primeiros a divulgar no Facebook a taxa de vacinação. Tivemos 94% de vacinados, os restantes são as gestantes.

Como correu o teletrabalho?

Houve na fase inicial alguma suspeita. O mundo todo se adaptou e o teletrabalho veio para ficar. Algumas pessoas têm estado mais vezes agora em casa do que aqui.

Qual é a vossa facturação actual? Já conseguem falar em lucros?

Estamos com resultados operacionais positivos. Acreditamos que

estes resultados se vão manter. O volume de vendas está a crescer ao ritmo de dois dígitos. Estamos ainda muito longe dos níveis do passado. Mas todo o mercado deve estar.

Como analisa o actual mercado da distribuição?

A distribuição moderna é algo positivo para o país. A distribuição é motora de desenvolvimento e facilita o escoamento da produção nacional. E torna a comercialização mais segura. É importante que todos entendam e apoiem o crescimento da distribuição. A existência de vários grupos é garante de competitividade. As margens que se praticavam há cinco anos não são as mesmas. Diria que baixaram 15 pontos percentuais, porque a competitividade é maior. O aumento da concorrência faz com que optimizemos os custos. É possível que haja alguns movimentos e concentração. Mas o mercado ainda é grande e o da distribuição ainda é pequeno.

A produção nacional deve ser fomentada, mas tem de ser competitiva. Não pode ser protegida ao ponto de deixar de ser competitiva.

O mercado está muito focado em Luanda...

A economia ainda gira em torno de Luanda. Logisticamente ainda não temos infra-estruturas que tornem viáveis operações no interior. É muito custoso levar produtos que maioritariamente chegam do Porto de Luanda para o interior. E pior: não conseguimos vender estes produtos no interior mais caros do que cá. Hoje ainda vive-

mos muito dependentes de Luanda e também onde está concentrada a maior parte da população. Com o tempo e com algum desenvolvimento nas vias de circulação, espero que se possa abrir mais lojas fora de Luanda.

O que acha que devia ser feito para estimular a abertura de mais lojas fora de Luanda?

Tem de haver algum tipo de apoio aos custos logísticos como o da gasolina. Mas não chega. Se não houver infra-estruturas viárias eficazes e rápidas, não chega. Faltam infra-estruturas e alguns apoios. Já há alguns apoios que o Estado dá a empresas que invistam nestas zonas geográficas.

Como é gerir uma rede como o Candando?

Tenho a felicidade de ter sido pioneiro no grupo. Estou ligado desde a sua génese. Sou um dos fundadores. É um desafio enorme que viveu as suas fases. Uma fase de abundância e depois de escassez. Todas elas com coisas boas e más.

Quais são os seus desafios?

Vou passar a pasta. Não vou continuar no Grupo Candando após o final deste ano. Saio contente de ver que as coisas estão a evoluir positivamente. Que a empresa tem capacidade para subsistir. Faço-o por questões pessoais. Chegou uma altura em que decidi abraçar outros desafios. Acabou o meu tempo aqui. Após sete anos, vou dar espaço a outras pessoas.

Como decreve estes sete anos? Foi preciso muita resiliência para continuar?

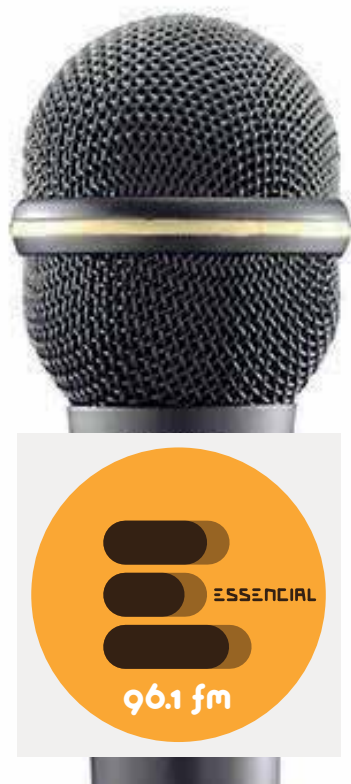
É preciso muita resiliência. Mas também o mercado oferece a liberdade de um gestor de actuar em mais áreas. Dá-nos muita liberdade e potencia o crescimento. Temos não só de ensinar como fazer e também controlar o que está feito. Viver em Angola é óptimo. As pessoas, a língua. Não creio que haja outro país que tenha a afinidade com Portugal como Angola. Não ponho de parte qualquer desafio que possa surgir em Angola embora gostasse de estar algum tempo parado.

A nova gestão já está nomeada?

Já está nomeada e vai ser apresentada nos registos comerciais. São pessoas com grande experiência e com competência que estão connosco desde o começo. Não há insubstituíveis.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Economia/Política



DENUNCIAM EMPRESÁRIOS

“Lobby muito forte” permite exportação de lingotes

EXPORTAÇÃO. Empresários acusam a Agência Nacional de Resíduos que, entretanto, nega e atira as culpas ao Ministério da Indústria e Comércio. Agência alerta também para a indefinição no conceito do lingote.

Por Guilherme Francisco

Os responsáveis de fábricas de materiais de construção civil denunciam a existência de um “lobby muito forte” que está a facilitar a exportação de lingotes, sobretudo o de alumínio, com as devidas autorizações.

Luís Diogo, director-geral da Fabrimetal e membro da Associação das Indústrias de Materiais de Construção, explica que o processo é licenciado pelas autoridades, apontando o dedo à Agência Nacional de Resíduos (ANR).

“Existe um lobby muito forte, estão a forçar e já foram autorizadas algumas exportações”, denuncia, salientando que “o problema

é que as pessoas não têm conhecimento, não percebem qual é a diferença entre lingotes e biletas”.

No entanto, a Agência Nacional de Resíduos nega estar a autorizar a exportação de lingotes e explica que quem o tem feito é o Ministério da Indústria e Comércio (Mindcom), com “o fundamento de que não é resíduo, mas um valorizado transformado”.

A directora do gabinete jurídico da ANR, Cláudia Pedro, garante que, desde o ano passado, aquela instituição autorizou 10 exportações, mas nenhuma de lingote. E explica que existe um conflito entre a ANR e o Ministério sobre a definição e exportação do lingote.

“A indústria entende que o lingote não é resíduo, já sofreu transformação, é um produto. Entretanto, a Agência vê o lingote como um resíduo. No meio deste conflito de competência, não temos como autorizar a exportação, o Ministério da Indústria tem autorizado”, revela.

A acção afecta as indústrias nacionais que são obrigadas a importar, com recurso a divisas, a matéria-prima, porque se tem tornado cada vez mais escassa no mercado nacional. Na semana passada, apresentaram, numa reunião, a preocupação ao Mindcom, que, por sua vez, garantiu ter acolhido.

“O Ministério proibiu a exportação de sucatas mas, de alguma forma, permite a exportação de lingote. Neste momento, estão a exportar lingote para alimentar fábricas de outros países e nós somos forçados a importar porque não há matéria-prima suficiente cá”, lamenta David Manuel Pires, director-geral da Extrulider.

O Serviço de Investigação Criminal (SIC) mostra-se surpreso com a denúncia das indústrias de materiais de construção civil. Manuel Halaiwa, porta-voz do SIC, refere que, desde a apreensão de 11 mil toneladas de fio de cobre e lingotes, em Fevereiro, nunca mais foram detectados casos do género.

Contactado, o Ministério da Indústria e Comércio prometeu responder, mas não o fez até ao fecho desta edição.

A quota zero de exportação de sucatas ferrosas e não ferrosas (compreende resíduos de alumínio, cobre, bronze e outros) foi fixada há quatro anos em despacho assinado pela então ministra da Indústria e Comércio, Bernarda Martins. O despacho refere que a exportação constitui “ameaça séria ao crescimento” da indústria nacional.

ENERGIA

“Subsídios travam renováveis”

A incorrecta alocação dos subsídios aos preços da electricidade e combustíveis inviabiliza a execução de projectos de energias renováveis, sobretudo os fotovoltaicos.

Esse é o entendimento de Victor Fontes, presidente da Associação Angolana de Energias Renováveis (Asaer). Segundo sublinha, apesar das várias apostas dos seus associados, os projectos “entram” quase sempre, porque a distribuição dos subsídios continua a beneficiar os mais influentes. Fontes entende, por isso, que se deve melhorar a questão dos incentivos. “Há a necessidade de se considerarem incentivos para o investimento neste sector, tão necessário para que se contribua decisivamente para a descarbonização do planeta”, observa, ao mesmo tempo que desafia a banca a criar condições de financiamento mais atractiva. O presidente da Asaer nota que, apesar das dificuldades, se espera por algum crescimento da produção em 2022, com a conclusão da central fotovoltaica de 96,6 megawatt-pico (MWp), na Baía Farta. Comparando à capacidade actual de 14 MWp instalada nas centrais híbridas em várias províncias, registar-se-ia um crescimento na ordem dos 690%. Contam-se também os 25 MWp que se prevê serem produzidos na primeira fase da central na localidade do Caraculo, município da Bibala, no Namibe.

Por Pedro Nvakata



O PRESIDENTE João Lourenço autorizou a adenda ao contrato de fornecimento de 1,5 mil autocarros para a concepção e implementação do Programa de Mobilidade Escolar, no valor 136,650 milhões de dólares.

SEVERINO CRITICA ACESSOS NA ZEE

AIA com participação activa na 36ª edição da Filda

FEIRA. Depois de vários anos afastada, AIA foi um dos protagonistas dos bastidores da última edição. Líder da associação identifica fraquezas no actual cenário e sugere mudança de local e de data para as próximas edições.

Por Júlio Gomes

Depois de vários anos afastada da organização da Feira Internacional de Luanda (Filda), a AIA, encabeçada pelo seu presidente, teve uma “participação activa” na 36.ª edição do evento, que terminou na semana passada.

José Severino justificou o engajamento da associação que dirige com a necessidade de evitar que a maior bolsa de negócios do país morra. “A questão é não deixar morrer a Filda”, precisa, identificando “fraquezas” na Zona Económica Especial, con-substanciadas na necessidade da melhoria dos acessos e na falta de transportes públicos.

Severino, que durante décadas liderou a organização do evento, deixa mesmo a entender que o envolvimento da AIA é para continuar. E apresenta sugestões para as próximas edições, como a realização do evento no início do segundo semestre, como acontecia nos anos anteriores. “A feira deve ser feita

no mês de Julho porque isto dará um clima melhor, sem chuva nem calor”, argumenta, sublinhando que a edição deste ano “demonstra que as empresas estão vivas e precisam de acelerar o crescimento e o desenvolvimento”.

O presidente da AIA defende ainda o regresso da feira nas instalações do Cazenga que, entretanto, requerem uma “profunda intervenção”, devido à sua acentuada degradação. Com os pavilhões, edifícios administrativos e restaurantes agora transformados em escombros, espera-se que seja necessário muito dinheiro para a sua reabilitação. Aliás, José Severino já havia avançado ao Valor Económico que a AIA estava disposta a investir 60 milhões de dólares.

Há mais de uma década que a AIA e outros accionistas da Expo-Angola lutam para reaver as instalações da Filda a Matos Cardoso, que geriu o espaço através da FIL. A disputa iniciou quando os subscritores da Sociedade Comercial, criada em 1975, com autorização do então 1.º ministro Fernando

José de França Van-Dúnem, lutavam para afastar o empresário José Severino, como accionista maioritário da Expo-Angola, por não constar da lista de accionistas.

Em 2005, José Severino foi mesmo afastado da gestão da Filda, por decisão do tribunal. No mesmo ano, o juiz indicou Matos Cardoso como administrador judicial da Expo-Angola para um período de três meses até que se realizasse a eleição de uma nova direcção, o que, entretanto, não chegou a concretizar-se.

A Filda é realizada anualmente desde 1983, tendo, contudo, registado alguns períodos de interregno, devido à crise financeira e económica mundial. Por exemplo, antes da pandemia, observou, também, um interregno em 2016, por altura da 33.ª edição. A organização passou a ser da responsabilidade do Grupo Arena em conjunto com o Ministério da Economia e do Planeamento. Uma parceria que, no entanto, tem sido criticada por alguns sectores empresariais que consideram “não fazer sentido” a entrada do Estado na gestão de feiras.

José Severino,
presidente
da AIA



Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Descarregue a App

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

JÁ FORAM ADJUDICADOS 43 ACTIVOS

Estado só encaixou 3% das receitas do Propriv

PRIVATIZAÇÃO. Apesar de, em Agosto, responsável do Igape ter garantido que o Estado já tinha arrecadado mais de 460 mil milhões de kwanzas, documento oficial revela que são apenas 24,11 mil milhões dos mais de 808 mil milhões adjudicados.

Por César Silveira

Desde o início do programa de privatizações, em 2019, já foram adjudicados 43 activos, totalizando 808,70 mil milhões de kwanzas, mas para os cofres do Estado só foram transferidos 24,11 mil milhões de kwanzas, ou seja, cerca de 3% da receita.

Os números constam do relatório de fundamentação do OGE 2022, ano em que o Governo espera arrecadar mais de 201,309 mil milhões, 7,621 mil milhões de kwanzas dos quais correspondentes “aos pagamentos do preço de acti-

vos já alienados cujos recebimentos ocorrerão em 2022”.

Os outros 193,689 mil milhões de kwanzas correspondem “à estimativa de recebimento pela privatização dos activos cujos processos de privatização estão em curso”. Se se concretizarem as referidas projecções, a receita transferida para o Estado registará um crescimento de mais de 24 pontos percentuais para cerca de 27,7%.

Uma das razões para a diferença entre o valor adjudicado e o recebimento efectivo é o incumprimento nos pagamentos por parte das entidades que adquiriram os activos. Em Agosto, por exemplo, a ministra das Finanças, Vera Daves, considerou a possibilidade de recorrer à arbitragem e aos órgãos de justiça para forçar estas entidades a honrarem com os pagamentos.

MEMORIZE

● **O Propriv** foi lançado em Agosto de 2019 e prevê a alienação de 195 activos até final de 2022, registando-se, desta feita, um défice de mais de cerca de 78%. No entanto, este ano, foi actualizado o programa com a inclusão de alguns activos que passaram para a esfera do Estado.

Em Outubro, foi a vez do presidente do conselho de administração do Igape, Patrício Vilar, abordar o assunto. Em entrevista à TPA, Vilar estimou em cerca de 19,9 mil milhões de kwanzas as dívidas ao Propriv. Mas, na altura, apresentou um cenário melhor de arrecadação pelo Estado, estimando que,

dos 808 mil milhões de kwanzas adjudicados, já tinham sido recebidos 460,77 mil milhões de kwanzas. Portanto, a taxa de recebimento efectivo seria de mais de 57%.

Fonte do Igape explica ainda a diferença “com a expectativa de recebimento”, tendo em conta que “alguns são contratos de gestão de x anos que irão sendo pagos com rendas”.

No entanto, de acordo com os dados que constam no relatório de fundamentação, apenas quatro activos foram alienados na modalidade de gestão. “Em termos de modalidades de privatização, das 43 empresas e/ou activos, 32 responderam à alienação de activos, sete à alienação das acções representativas do capital social e quatro à cessão do direito de exploração e gestão”, atesta o documento.

Portanto, 74,4% dos activos foram alienados.

Em termos de sectores, a indústria lidera as estatísticas com 23 activos alienados, seguido do sector agro-industrial com seis e igual número o agro-pecuário. Nos recursos minerais e petróleo, foram quatro activos alienados, seguindo-se o imobiliário e turismo representados com três e um activo, respectivamente.

O Propriv foi lançado em Agosto de 2019 e prevê a alienação de 195 activos até final de 2022, registando-se, desta feita, um défice de mais de cerca de 78%. No entanto, este ano, foi actualizado o programa com a inclusão de alguns activos que passaram para a esfera do Estado no âmbito do processo de recuperação de património supostamente construídos com dinheiro público.

Patrício Vilar, presidente do conselho de administração do Igape



A OPEP AUMENTOU a sua previsão para a demanda do petróleo em 2022, estimando uma média de 99,13 milhões de barris no primeiro trimestre do próximo ano, o que representa 1,11 milhões de barris acima em comparação com a previsão de Novembro.



Mário Nijettes © VE

EMPRESAS ENCHEDORASEXIGEM ISENÇÃO

IVA trava importação de botijas de gás

INDÚSTRIA. Efectivação do IVA, associado a outros encargos aduaneiros, deve disparar o custo de importação de botijas para os 50 dólares. Administração Geral Tributária mostra-se, entretanto, aberta a negociar hipótese de isenção do imposto, proposta pelos operadores.

Por Guilherme Francisco

Empresas enchedoras de gás deixaram de importar botijas pelo facto de a actual taxa do IVA “aumentar substancialmente” as despesas, o que implicaria um agravamento dos preços para as agências revendedoras e para o consumidor final. A compra no mercado internacional custa à volta de 25,5 dólares, mas, acrescidos às obrigações alfandegárias e tributárias, atinge os 50 dólares.

Amaro Servente, director comercial da GasTem e líder da associação (em formação) das empresas enchedoras e distribuidoras de gás, refere que, nesta altura, não existe empresa que esteja a importar. A maior parte esgotou o ‘stock’ da importação feita em 2017. As poucas que recentemente importaram, nomeadamente a Progás e a Saigas, vendem abaixo do valor real, 18 e 19 mil kwanzas, respectivamente, para que as “botijas não sejam mobília” da fábrica.

“Anteriormente, estávamos isentos de todas as taxas de desalfandegamento, por isso era mais barato. As botijas encareceram

um pouco no exterior, mas o IVA e tantas outras despesas alfandegárias fizeram com que fique muito caro importar. Ninguém está a conseguir importar botijas, nem a Sonangol”, lamenta.

Gestores das empresas explicam que a implementação do imposto os colocou “a um triz da falência”, visto que se debatem, desde 2015, com “dificuldades tremendas” pela não autorização da subida do preço do gás. A isto, junta-se a desvalorização da moeda e a queda do poder de compra das famílias. “A população não tem poder de compra. Representa um investimento avultado, por enquanto, [a importação] não

50

USD, valor de importação da botija de gás

36

Mil kz, custo de uma botija numa enchedora.

é viável. Agora, o que nos resta é manter as botijas que se tem, fazer recuperação de algumas só para manter o stock do armazém até que a conjuntura melhore”, conta Severino Chingala, director financeiro da Saigas, considerando o quadro “dramático” para as empresas do sector. No seu caso, foi obrigado a suspender a importação desde o princípio do ano, contrariamente à GasTem, que importou, pela última vez, há quatro anos.

Na impossibilidade de adquirir no preço real, a procura no mercado tende a subir. Existem agentes, inclusive enchedoras, que recorrem ao informal, onde a botija custa 25 mil kwanzas e requalificam as garrafas na fábrica da Sonagas ao preço de 11 mil.

“Não dá para formar novos agentes sem botijas. Temos solicitação de mais de 300 mil botijas na lista de espera. Ninguém está disposto a pagar o preço real. Não é muito viável, o lucro do gás é muito baixo, se comprar mil botijas, em média cada 30 mil, o agente demora a ter o retorno”, explica Amaro Servente.

A mudança do quadro, no entender do líder associativo e de Manuel Augusto, director-geral da Progás, só é possível com a isenção do imposto. “O IVA tem de ser revisto nas garrafas de gás, de certo modo, não deviam pagar”, defende Manuel Augusto.

As despesas colocam o preço das garrafas entre 30 e 36 mil kwanzas, contra os 6 a 8 mil do ano anterior à implementação do IVA. O preço, explicam gestores, afastará ainda mais os clientes que se debatem com a queda do poder de compra, além de impedir a expansão de agentes revendedores.

Os três responsáveis das empresas baseadas na capital afirmam que têm conversado reiteradas vezes com o Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo (IRDP) com intuito desta negociar com a Administração Geral Tributária a isenção ao IVA. Contactado, o órgão regulador empurra a negociação às empresas, esclarecendo que não está a discutir eventual isenção. Entretanto, ao Valor Económico, a AGT assegurou estar aberta a analisar a proposta das empresas do sector.

Em Outubro, o Conselho de Ministros aprovou a redução da taxa do IVA de 14% para 7%, para um conjunto de bens essenciais de consumo, com objectivo de aumentar o poder de compra.

Mercados & Negócios

SEIS MESES DEPOIS DO INCÊNDIO

Kikovo e Fortaleza chegam a acordo e obras arrancam

Arrancaram, na semana passada, as obras de reabilitação no parque industrial da Kikovo, do Grupo Peróla do Kikuxe, em Luanda, depois do incêndio que ocorreu em Junho e consumiu cinco naves.

“Ontem, o seguro desbloqueou a primeira tranche para as demolições”, confirmou ao *Valor Económico* a administradora da Kikovo, Elizabete Dias dos Santos, sem avançar mais pormenores sobre o valor das indemnizações e/ou o cronograma das obras.

Antes, no entanto, a empresária partilhou uma mensagem, manifestando satisfação pela conclusão das negociações com a seguradora, cujo

conteúdo deixa a entender que se registaram alguns impasses no processo.

“Família, graças a Deus, acabo de assinar com o seguro a reconstrução do edifício. Deus sabe de todas as coisas. Só precisamos de seguir e continuar a fazer o bem”, escreveu a empresária.

No entanto, Paulo Bracons, CEO da Fortaleza Seguros, garante que os trabalhos correram dentro dos trâmites e do período normal, salientando que se trata de “um sinistro mais complexo que requer algum tempo”. Por altura do incêndio, Elizabete Dias dos Santos estimou o prejuízo em cerca de 5 milhões de dólares. A segura-

dora, entretanto, sempre preferiu aguardar pela peritagem para confirmar o prejuízo e a respectiva indemnização.

“Apenas a peritagem é capaz de determinar e calcular os danos causados pelo incêndio. Isso leva algum tempo, mas prometemos ser céleres na resolução do sinistro”, explicou, na altura, Paulo Bracons, que agora se escusa a revelar o valor apurado. “Faz parte da relação entre a seguradora e o cliente e, por isso, não pode ser partilhado”, argumenta.

A Kikovo assegura actualmente 40% da produção nacional de ovo no país, com um milhão de ovos/dia e está integrada no Pólo da Fazenda Pérola do Kikuxi.



COM HYUNDAI PALISADE

Cosal retoma apresentação de novos modelos

Depois de vários meses sem actividades de lançamento de novos modelos, a Cosal realizou, esta semana, um evento para a apresentação do novo Hyundai Palisade. A directora da empresa, Andreia Machado, justificou o evento com a necessidade de “os importadores e representantes oficiais, sempre que possível, realizarem acções do género independentemente das dificuldades que enfrentam”.

“A nossa expectativa é vender bem este novo SUV que é bem diferenciado no segmento, pelos oito lugares, sistema HTrack, pelo seu design, qualidade e preço. Pensamos que a aceitação do mercado será bem positiva”, calculou, sem adiantar os números estimados para as vendas. “O Palisade, SUV de referência da Hyundai, oferece uma vasta gama de características tecnológicas ideais para viagens em família. Incluem um ecrã de 7 polegadas, carregamento sem fio,

sete entradas USB, bancos ventilados na 2 e 3 fila de bancos de um só toque para uma utilização mais simples”, esclarece em nota a empresa.

Em relação às vendas do ano em curso, a gestora revelou que, “no global, foram melhores que em 2020, mas ainda há muito trabalho pela frente”. Até Abril, a Cosal era a quinta concessionária que mais vendia entre as associadas da Acetro com 80 unidades, enquanto a Hyundai era a sexta marca mais solicitada. Andreia Machado destaca a venda dos carros utilitários nos últimos meses, depois de uma solicitação maior das carrinhas em meados do ano.

Além da Hyundai, o Grupo Cosal, por intermédio de diversas empresas, destaca-se como importador oficial das marcas Isuzu, Mitsubishi, Mercedes, Subaru, Fuso e Hinday Heavy Industries.

Elizabete dos Santos, administradora da Fazenda Peróla do Kikuxe.



Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

DE JURE

ESTA SEMANA, EM CONSELHO CONSULTIVO

PGR analisa projecto de Lei

Por Redacção

MEMORIZE

● A Procuradoria-Geral da República está, neste momento, a implementar o novo modelo de gestão de coordenação regional, "para maior eficácia na promoção da legalidade democrática e na defesa dos interesses do Estado".

O projecto de Lei Orgânica da Procuradoria-Geral da República vai ser analisado no 26.º Conselho Consultivo da instituição, que inicia quarta-feira (15), em Luanda, sob o lema 'PGR Proactiva na defesa da legalidade'.

O encontro prevê apreciar o projecto de Estatuto dos magistrados do Ministério Público e vai decorrer na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (Enapp).

De acordo com uma nota, a reunião vai ainda discutir e aprovar o relatório anual da

PGR referente a 2019, o plano de actividades para 2022 e a sua forma de execução.

O conselho consultivo vai ser orientado pelo procurador-geral da República, Hélder Pitta Grós, e visa também analisar o plano de formação da PGR para o período 2020-2022 e o respectivo plano executivo para este ano.

Os magistrados titula-

res das províncias e das várias direcções vão apresentar o balanço das actividades realizadas em 2019 e apontar perspectivas para este ano.

Estão igualmente previstas intervenções do representante dos técnicos de Justiça e funcionários administrativos da PGR e dos magistrados do Ministério Público.

Neste momento, a Procuradoria-Geral da República está a implementar o novo modelo de gestão de coordenação regional, "para maior eficácia na promoção da legalidade democrática e na defesa dos interesses do Estado".

As coordenações regionais contam com a integração dos subprocuradores a serem nomeados para os Tribunais de Relação, que devem entrar em funcionamento ainda a partir deste ano.



Mário Mujettes © VE



CASO DO EX-BANQUEIRO PORTUGUÊS

Defesa pede libertação sob fiança

A audição do ex-banqueiro João Rendeiro no tribunal Verulam Magistrates, em Durban, África do Sul, foi adiada para amanhã, quarta-feira, 15, depois de a defesa ter pedido mais tempo para apresentar o requerimento de libertação sob fiança, decidiu o juiz.

João Rendeiro, que hoje foi novamente presente no tribunal, depois de no sábado ter sido detido num hotel em Durban, vai continuar detido a aguardar a decisão do tribunal.

Hoje, à saída da sala de tribunal, ex-banqueiro disse que não vai voltar a Portugal. "Eu não vou regressar a Portugal", disse aos jornalistas.

O ex-banqueiro, que estava em fuga há quase três meses, foi preso num hotel de cinco estrelas, em Durban, na província sul-africana do Kwa-Zulu-Natal, numa operação que resultou da cooperação entre as polícias portuguesa, angolana e sul-africana.

O ex-presidente do extinto Banco Privado Português (BPP) foi condenado em três processos distintos relacionados com o colapso do banco, tendo o tribunal dado como

provado, num deles, que João Rendeiro retirou do BPP 13,61 milhões de euros.

Neste processo foi condenado a 10 anos de prisão efectiva, estando a sentença ainda em recurso. Mas o ex-banqueiro já tem uma pena de cinco anos e oito meses de prisão efectiva para cumprir, por falsificação informática e falsificação. Sentença que já transitou em julgado e no âmbito da qual foi emitido um dos mandos de detenção internacional e europeu.

O colapso do BPP, em 2010, lesou milhares de clientes e causou perdas de centenas de milhões de euros ao Estado.

ENTRE AS MAIORES EMPRESAS AMERICANAS

Coca-Cola tem a maior diferença salarial entre CEOs e funcionários



James Quincey
CEO da Coca-Cola

Estudos recentes de diversas entidades mostram a disparidade abismal nos salários entre as lideranças das principais empresas

Estudos recentes de diversas entidades mostram a disparidade abismal nos salários entre as lideranças das principais empresas

norte-americanas e os respectivos colaboradores.

Esta semana, por exemplo, o site de empregos Lensa indica que os CEOs das 100 maiores empresas dos EUA ganham em média 1,28 mil milhões de dólares/ano. Isto depois de, há

alguns meses, outro estudo ter estimado que os salários dos CEOs cresceu 1322% desde 1978 contra 18% do crescimento do salário geral. Em Junho foi a pesquisa da Equilar, realizada a pedido do The New York Times, a comprovar a situação,

sublinhando que a diferença aumentou durante a pandemia. Segundo o referido estudo, das 200 empresas com os maiores salários, 68% tinham diferenças maiores entre a remuneração do líder e a do empregado no ano de 2020 do que antes da

pandemia. Comprovou ainda que, em média, o salário dos CEOs aumentou 14,1% em 2020 em relação a 2019, enquanto o salário médio dos empregados aumentou 1,9%. A Coca-Cola lidera a lista das maiores diferenças com um 'gap' de 14.007%.

As 10 maiores diferenças salariais (em USD)

COCA-COLA

(diferença de 14.007%):
CEO (James Quincey):
1,6 milhões
Salário médio funcionários:
11.342

STARBUCKS

(diferença de 12.617%):
CEO (Kevin Johnson): 1,54 milhões
Salário médio funcionários:
12.113

VIACOM

(diferença de 7.571%):
CEO (Robert Bakish): 3 milhões
Salário médio funcionários:
39.110

WALMART

(diferença de 5.974%):
CEO (Doug McMillon): 1,27 milhões
Salário médio funcionários:
20.942

LOWE'S COMPANIES

(diferença de 5.805%):
CEO (Marvin Ellison): 1,45 milhões
Salário médio funcionários:
24.554

CHIPOTLE MEXICAN GRILL

(diferença de 8.378%):
CEO (Brian Niccol): 1,2 milhões
Salário médio funcionários:
14.155

TARGET

(diferença de 5.606%):
CEO (Brian Cornell): 1,4 milhões
Salário médio funcionários:
24.535

KROGER

(diferença de 5.348%):
CEO (W. Rodney McMullen): 1,34 milhões
Salário médio funcionários:
24.617

APPLE

(diferença de 5.092%):
O CEO (Tim Cook): 3 milhões
Salário médio funcionários:
57.783

HOME DEPOT

(diferença de 4.646%):
CEO (Craig Menear): 1,3 milhões
Salário médio dos funcionários:
27.389

(In)formalizando

SAPATEIROS RESISTEM AO TEMPO

Falta de material atrapalha o negócio



Ângelo Veleira, sapateiro.

A falta da matéria-prima e o pouco poder de compra estão entre as maiores dificuldades enfrentadas pelos sapateiros, que, mesmo assim, vão sobrevivendo.

Em 2002, provenientes de Benguela, os irmãos Ângelo e Manuel Veleira passaram a responsabilizar-se pela sapataria Cangueza depois de o tio se ter reformado. Francisco Cangueza herdou a loja do patrão por-

tuguês, conhecido apenas por Eusébio, em 1976. Passaram-se mais de quatro décadas e a sapataria sobrevive, apesar das dificuldades.

Os dois irmãos sentem a falta de material. Lembram-se do antigo mercado do Roque Santeiro como o maior fornecedor de matéria-prima. Agora, a Namíbia e a República Democrática do Congo (RDC) têm sido as principais alternativas. A sapataria já produziu sapatos para o cantor Carlos Lamartine e para o ex-jogador Ivo Alfredo.

No fabrico de calçados, os dois irmãos preferem usar material ‘carneira’, de linha e sola, “por ser mais leve”. Há casas que vendem solas feitas e sapatos de cabedal e de napa, a pensar no estilo masculino. Para as mulheres, fazem sabrinas e sandálias. Cada sapato demora cerca de uma hora a ser concluído.

Hoje, o material está cada vez mais caro. O atado de cabedal, que custava 15 mil kwanzas, passou para os 50 mil kwanzas.

Numa primeira fase, os dois irmãos optaram por dar conti-

nuidade ao que o tio fazia nos últimos anos antes de se reformar: apenas consertos. Passaram depois a investir na produção de sandálias. Seguiram-se pastas, cintos e braceletes para relógios. Estimam ter uma produção mensal de 100 pares de calçados, cujos preços variam entre os 10 e os 15 mil kwanzas. As vendas, no entanto, baixaram consideravelmente.

Também Manuel Fonseca, com 25 anos de carreira, lamenta a dificuldade que tem encontrado com a falta do material. Actualmente,

recebe a ajuda de colegas e fornecedores congolezes que importam material da RDC.

Lamenta a redução considerável do número de clientes nos últimos anos. Vende três a quatro pares de sapatos por semana, quando, até 2017, vendia 10 a 15 pares. Diferente dos irmãos Veleira, Manuel Fonseca não tem feito sapatos por causa da falta de material. Mas sonha ter uma loja num dos centros comerciais. A trabalhar há mais de duas décadas, recorda-se de ter atendido famosos como o Dji Tafinha e Teta Lando.

NA CIDADE DA CHINA

Cozinhar continua a ser bom negócio



Entre os vários armazéns e lojas de diversos produtos, os vendedores de refeições não passam despercebidos na Cidade da China. Em pequenas barracas, ou em tendas, têm diversas opções da culinária angolana. Cada espaço custa cinco mil kwanzas por mês, havendo quem ocupe mais de um.

Os vendedores consideram ser “um negócio bom”, mas que foi muito afectado pela pandemia. Para eles, este ano foi o pior desde que se iniciaram no negócio.

Teresa Cristina consegue vendas que atingem os 60 a 90 mil kwanzas por dia, com lucros a

oscilarem entre os 15 e os 25 mil kwanzas. Já Isabel Pedro vende refeições com pratos típicos angolanos como makaiabo, katato, fúmbua e kikuanga. Faz, em média, 10 a 12 refeições por dia.

Segundas e quartas-feiras são os dias mais rentáveis. Teresa Cristina atende entre 40 e 50 pessoas. Cada almoço custa entre mil e 1.500 kwanzas e o pequeno-almoço de 600 a 700 kwanzas.

As vendedoras afirmam que existe um número reduzido de chineses que prefere comida angolana, mas evita sentar-se nas barracas.

Taça Cheia

96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

S seja bem-vindo, querido leitor, a este seu espaço onde convém lembrar: perguntar não ofende – depois de uma semana em que a actualidade foi marcada a ferros quentes, como se marca o gado, pelo congresso dos ‘Camaradas’. Marcada a ferros quentes porque quem quer que tenha decidido pela exagerada cobertura mediática do congresso pelos mesmos meios de comunicação públicos que ignoraram completamente a realização do congresso do maior partido na oposição uns dias antes, trata o público definitivamente como o seu rebanho, o seu gado pessoal e irracional.

Sobre o Congresso foi possível ler um pouco de tudo graças à tão preciosa diversidade de perspectivas que os media independentes, que sobrevivem online e as redes sociais possibilitam, infelizmente, a apenas 23 em cada 100 angolanos que têm acesso à internet.

Os media públicos anunciaram o mérito da renovação do partido com a entrada de jovens para o núcleo decisor e o facto de o comité central do partido ter atingido a paridade entre o número de homens e de mulheres. Facto que a socióloga e jornalista Luzia Moniz descreveu como “quantidade de género” quando comentava “não há igualdade de género sem liberdade, o resto é quantidade de género” – vale acrescentar que todos sabemos que quantidade esta longe de se equiparar à qualidade.

Foi possível ler ainda o comentário do jornalista José Gama, que lembrava que as quase 700 almas que integram o comité central do MPLA colocam o partido a ultrapassar o do partido comunista chinês, que tem cerca de 200 membros, o partido que governa o país mais populoso do mundo. Também a jor-



nalista Amélia Aguiar escreveu sobre a funcionalidade do ‘menos/melhor’, exemplificando com o governo alemão que tomou posse também na semana que passou e que é composto por apenas 16 ministros (o nosso presidente tomou posse com 30, e benefícios da gestão dessa gente toda? Benefícios de governação? – Oh, perguntas de difícil resposta).

Esta lógica de ‘menos/melhor’, que os media públicos ignoraram na cobertura que dedicou ao Congresso dos Camaradas, leva a perguntar se estará irremediavelmente perdida a necessidade de disfarçar a parcialidade, o partidarismo nas instituições públicas?

E agora pergunto eu, podem restar dúvidas sobre a necessidade de despartidarização da esfera pública quando vemos colocados ao serviço do congresso os media públicos e afiliados, os meios públicos – as filas intermináveis de autocarros desviados das rotas para servir

o congresso chocaram os luandenses que as filmaram; os hotéis reservados para receber os participantes, como estampava o Novo Jornal na capa? É possível ignorar a necessidade de despartidarização quando vemos os tribunais ao serviço do partido? O Tribunal Constitucional a deixar bem claro, e bem a tempo do congresso, que ‘este não é o congresso da UNITA e no congresso dos ‘Camaradas’ os diferendos são tratados internamente’, dois pesos e duas medidas nas mãos de uma justiça que, longe de ser cega como devia, é bastante ‘viju’. A forma como foi tratado o engenheiro Venâncio, que queria concurso interno transparente à chefia do MPLA, espelha bem qual é a noção de democracia do partido no poder e torna-se mais uma oportunidade falhada pelo MPLA de demonstrar que compreende o conceito.

É possível em democracia ignorar a necessidade de despartidari-

Os americanos sabem que este é um período pré-eleitoral e incluíram Angola na cimeira (provavelmente em parte para incomodar a China dona da nossa maior dívida) mas também para lembrar “estamos atentos ao respeito pelos valores democráticos em Angola e os valores a respeitar são democráticos.”

zação, ou tão pouco acreditar que o partido no poder tem capacidade para a levar a cabo, quando a polícia nacional reage contra manifestantes- que não sejam do partido no poder - com violência que chega a custar vidas?

E, a propósito de democracia, outra grande marca na actualidade da semana que passou foi a cimeira americana sobre esse mesmo tema. E o ‘chefe’ disse ao presidente americano que fizemos progressos nos últimos cinco anos. Se há coisa pela qual os americanos são famosos é pelo acesso à informação, por isso não deve ser difícil aferir esses progressos de que falava o Presidente João Lourenço... Nos media, que são um pilar central das democracias então, esses progressos são verdadeiramente magníficos! A Angola de João Lourenço não tem hoje um único canal de TV independente. O Governo confiscou, nacionalizou, fechou, enfim... , tratou de se livrar

de todos – temos apenas TPA 1, 2, 3. Os Estados Unidos têm cerca de duas mil cadeias de TV privadas. Os jornais em Angola sobrevivem online com dificuldades extremas, com a exceção de dois ou três títulos. Rádios vão sendo abocanhadas de modo que os fóruns de discussão pública, de análise, de crítica social, se juntem todos, em uníssono, a aplaudir os progressos de que fala o nosso chefe ao presidente americano Joe Biden.

Houve muita crítica à escolha dos americanos das cerca de 100 presenças na cimeira que ia discutir a democracia, o combate à corrupção, a promoção dos direitos humanos e o combate ao autoritarismo. E alguma dessa crítica foi naturalmente dirigida à presença de Angola, um dos 16 estados africanos convidados que, não é segredo para ninguém – tem uma democracia incipiente se existente um combate à corrupção envidado e pessoalizado, sendo que o respeito pelos direitos humanos, como o acesso à informação ou o direito à manifestação coloca o país em todas as ‘listas negras’ das instituições que zelam por esses direitos. Não faltou gente a perguntar o que fazia Angola numa cimeira de democracia. AULA caro leitor, AULA! E aula com teste até à próxima cúpula. Se não fosse aula com teste, e a presença de Angola fosse, como é o caso de uma Noruega, ou aqui mais próximo, o caso de Cabo Verde, presente por ser exemplo de democracia em África, certamente os nossos media públicos teriam feito um alarido ainda mais barulhento do que fez com o congresso dos ‘Camaradas’.

Os americanos sabem que este é um período pré-eleitoral e incluíram Angola na cimeira (provavelmente, em parte, para incomodar a China, dona da nossa maior dívida), mas também para lembrar “estamos atentos ao respeito pelos valores democráticos em Angola e os valores a respeitar são democráticos: o combate sério e idóneo à corrupção, o respeito pelos direitos humanos, por isso não a vale prender ou matar manifestantes e o combate ao autoritarismo, que significa que não vale tudo para batotar as eleições.

Vamos ver como se sai o Governo no teste, porque, até agora, é mesmo o ‘burro da classe’, aquele que só passa vergonha quando é chamado ao quadro... Com esperança de que, de facto, esse respeito aos valores democráticos saia do vazio dos discursos dirigentes para a realidade, querido leitor, marcamos encontro aqui e na sua Rádio Essencial.

O registo de impostos diferidos (e a monitorização da sua evolução) implica, assim, a implementação de mecanismos de apuramento e controlo por parte das instituições.



Tributação de imparidades sobre créditos com garantia



Joana Dâmaso,
Manager EY,
Tax Financial
Services

A partir de 2020, as provisões/imparidades sobre créditos cobertos com garantia deixaram de ser aceites fiscalmente em sede de Imposto Industrial, salvo na parte não coberta. No caso das instituições financeiras bancárias, implica proceder à implementação de novos procedimentos ao nível do apuramento das realidades não aceites fiscalmente.

A Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, veio introduzir diversas alterações ao Código do Imposto Industrial, entre as quais se destaca, pela sua relevância para o sector bancário, a inserção do n.º 4 no artigo 45.º, o qual determina que “Não são aceites como provisões, aquelas constituídas sobre créditos com garantia, salvo na parte não coberta.”

No entender da Administração Geral Tributária (AGT), a introdução desta regra visa evitar a existência de um duplo benefício económico sobre a mesma realidade (aceitação de provisões/imparidades como custo fiscal e recuperação do crédito em caso de execução da garantia).

Tendo em consideração a natureza ampla da norma aqui transcrita, têm vindo a ser promovidas diversas interações com a AGT no sentido de se esclarecerem questões essenciais para

determinar a respectiva aplicação, designadamente, e entre outras, i) a delimitação do conceito de “garantia” e ii) a aplicação da lei no tempo (quanto este ponto, a AGT já confirmou que esta norma se aplica sobre as provisões constituídas – ou reforçadas – após a entrada em vigor da Lei).

É certo que, no caso de bancos com carteiras de crédito relevantes, o impacto em matéria de tesouraria decorrente da entrega adicional do Imposto Industrial (imposto corrente) pode ter um impacto significativo. Contudo, em termos de registo contabilístico do respectivo impacto patrimonial poderá eventualmente ser colmatado por força do reconhecimento de impostos diferidos, porquanto se trata, de facto, de uma diferença temporária.

Todavia, a monitorização individual dos créditos cuja provisão/

imparidade não tenha sido aceite fiscalmente em determinado exercício e o controlo dos respectivos impostos diferidos (cujas constituições e anulações devem acompanhar os movimentos ocorridos em cada período, em bom rigor, crédito a crédito) constitui uma tarefa complexa quer para os bancos, quer para a AGT nas suas acções de inspecção.

O registo de impostos diferidos (e a monitorização da sua evolução) implica, assim, a implementação de mecanismos de apuramento e controlo por parte das instituições.

Para este efeito, e de forma a obviar a sobrecarga que uma análise exaustiva e manual destas realidades poderá acarretar, será importante que as instituições equacionem o recurso a tecnologia que possa adicionar algum automatismo, eficiência e rigor a todo este processo.

Economia 100 Makas

Não, Sr. Presidente, não só os desempregados que passam fome

Há muita gente empregada que não ganha o suficiente para matar a fome, isto é, para adquirir a quantidade de alimentos necessária para fornecer energia para manter uma vida normal, activa e saudável.



Carlos Rosado de Carvalho, jornalista e professor de Economia

O Presidente do MPLA, João Lourenço (JLo), colocou o poder de compra dos angolanos no topo da actualidade ao justificar a fome em Angola com pouco poder de compra.

“Fala-se de fome. Os nossos adversários hoje acordam, de manhã à noite, a cantar uma música: fome, fome, fome...”, criticou JLo, discursando no acto de massas que assinalou o VIII congresso ordinário do seu Partido

Mas “a fome é sempre relativa”, garantiu o líder do partido que governa Angola desde a Independência. “O país já tem muita produção de bens alimentares. Talvez por conveniência própria, por conveniência política, lhes convenha repetir incessantemente a palavra fome”, relativizou.

Segundo o diagnóstico do presidente do MPLA, “o problema de Angola, se quisermos ser mais precisos, é o pouco poder de compra dos nossos cidadãos”. “O pouco poder de compra pelos altos índices de desemprego, fruto de um conjunto de factores, mas sobretudo fruto da covid-19, que fez com que muitas das indústrias e empresas reduzissem pessoal; e alguns, em casos mais extremos, encerrassem as suas portas”, explicou.

“Portanto, esses cidadãos que,

lamentavelmente, se encontram nessa situação de desempregados ou de semi-empregados, evidentemente, não têm poder de compra de garantir a cesta alimentar para as suas famílias. Mas, de resto, a produção agrícola, pecuária e piscatória no nosso país tem subido todos os dias para os olhos de quem quer ver e é minimamente honesto”, concluiu JLo.

As declarações do presidente do MPLA causaram polémica se não mesmo revolta na opinião pública que não gostou de ver o também Presidente da República (PR), que acumula as funções de Chefe de Estado e do Governo, a relativizar a fome, um flagelo que não parou de aumentar durante o seu consulado, afectando no triénio 2018-2020 5,5 milhões de angolanos.

A fome em Angola, como em outros países, anda ao sabor de

três factores: conflitos armados, excessos climáticos e crescimento económico.

Com o fim da guerra e uma economia impulsionada pelo petróleo caro e pelo aumento da produção não admira que a fome em Angola tenha experimentado um decréscimo significativo na primeira década do milénio. De acordo com dados da FAO, acrónimo inglês da Agência das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, o número de angolanos em situação de fome reduziu-se de 11,1 milhões (o equivalente a 63,2% da população) em média no triénio centrado em 2002 para 4,2 milhões (17,2%) no triénio centrado em 2011.

Depois de 2012, a fome continuou a diminuir, mas a um menor ritmo até atingir um mínimo de 3,8 milhões ou 14,2% da população no triénio centrado em 2014. Na ori-

gem deste abrandamento esteve o menor crescimento económico, penalizado pelo choque petrolífero de 2008/2009 e o início da queda da produção do petróleo.

A partir de 2014, a queda da produção de petróleo foi agravada pela descida do respectivo preço e a economia ressentiu-se, entrando em recessão a partir de 2016. Com isso, a fome voltou a aumentar atingido um pico de 5,5 milhões de indivíduos ou 17,3% da população no triénio centrado em 2019.

No triénio centrado em 2017, quando JLo chegou ao poder, a fome em Angola atingia “apenas” 4,6 milhões ou 15,4% da população. Ou seja, números redondos, nos três primeiros anos do consulado do actual PR a fome aumentou em quase 1 milhão de pessoas ou 2,9 pontos percentuais da população.

JLo atribuiu o aumento da

fome aos altos índices de desemprego “sobretudo” provocados pela COVID, mas a verdade é que a fome já estava a aumentar antes da pandemia. O vírus veio “apenas” agravar o flagelo.

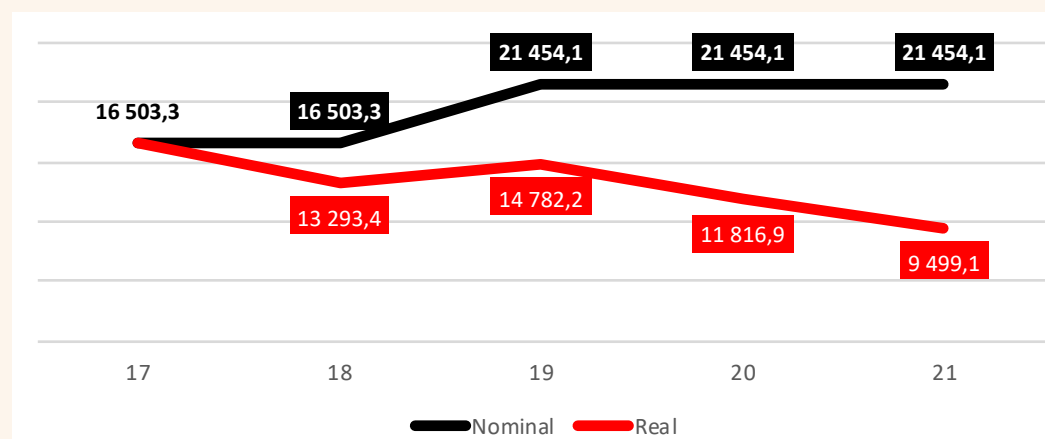
Se também é verdade que o desemprego corta os rendimentos de quem cai nessa situação retirando-lhes poder de compra para se alimentarem convenientemente, o mais grave no caso de Angola é que não são só os desempregados que passam fome. Há muita gente empregada que não ganha o suficiente para matar a fome, isto é para adquirir a quantidade de alimentos necessária para fornecer a energia para manter uma vida normal, activa e saudável.

A culpa é da quebra de poder de compra dos salários. Tomemos o caso do salário mínimo da Agricultura. Quando o PR chegou ao poder em 2017 o salário mínimo mais baixo dos três existentes em Angola era de Kz16 503,3 e agora está nos Kz21 454,1, após um aumento de 30% decretado em 2019.

Mas enquanto o salário mínimo aumentava apenas 30% os preços dos bens e serviços que compõem o cabaz de compra médio dos angolanos dispararam 79,9%. Feitas as contas, no consulado de JLo, o salário mínimo perdeu 42,4% de poder de compra. Dito de outra forma, quem ganha o salário mínimo da Agricultura hoje só consegue comprar 57,6% dos bens e serviços que comprava quando o PR chegou ao poder. Se em 2017 já não se alimentava muito bem, agora passa forma com certeza. Ou vive de esmolas já que os programas de emergência alimentar do Governo não existem ou pelo menos não se fazem sentir.

... E do salário mínimo

● Salário mínimo da Agricultura, em Kz



Fonte: Autor com base nos salários mínimos e Índice de Preços no Consumidor Nacional



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

[Enviar mensagem](#)

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7



Carlos Rosado de Carvalho, jornalista e professor de Economia

A publicação mais comentada desta semana na página do Valor Económico foi o texto de opinião do economista e jornalista Carlos Rosado de Carvalho intitulado “Como eu pago a minha empregada com o subsídio de gasolina e ainda me sobra dinheiro”. As publicações do VE alcançaram esta semana mais de 310 mil internautas e mais de 82 interações só no Facebook.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Grahas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Flávio da Silva

Muito bem explicado e bastante elucidativa a matéria, mas convenhamos que a parte que diz “eliminem os subsídios, que vamos usar os nossos carros com moderação”, poderia até dar certo, mas se o nosso país tivesse um sistema de transporte público eficiente, tanto por isso que qdo os combustíveis sobem os preços (diminuição dos subsídios), os “pobres” também ressentem directamente estes efeitos, pq os táxis e afins tbm sobem os preços. Resumindo e concluindo este “cobertor” é bastante curto.



Gonçalo Pinto Abrantes

Flávio da Silva tens toda a razão se olharmos micro... se formos ao macro, a subida afetará tudo pq não temos infraestrutura enérgica que suporte a demanda da indústria e afetará os preços de tudo!... se já está difícil, ficará mto pior



Paulo Cangulo

Infelizmente essas analogias serão só analogias como acontece nas academias científicas. Os decisores vão fazer vista grossa porque a elite pode sair prejudicada. Mas seria bom trocar subsídio transporte por um sistema de transporte público robusto.



Mig Uamba

Um país sério que produz petróleo não pode vender muito caro. Não pode depender do preço do mercado. Também nada garante que o dinheiro do subsídio vai ser bem gerido e não vai ser desviado.



Carlos Celestino Nunes

Deixe-nos com os valores dos combustíveis. Deve é apresentar um estudo comparado dos Salários dos Governantes, dos Políticos, dos Deputados e outros, incluindo os seus subsídios oficiais e secretos. Nós povo é só mesmo o Salário baixo-inflacionado. Eles também. Mas cobrem com os subsídios oficiais e secretos.



Horacio Junior

Semedo Fortes Não haverá aumento algum. Os economistas como de costume procuram temas destas naturezas porque o que o governo está a fazer contraria o seu prognóstico.



Fernando J. R. Mendes

Se mexerem no preço dos combustíveis de forma violenta vai ser um tsunami de certeza absoluta. Teriam de fazê-lo simultaneamente com o ajuste dos salários, doutra maneira vai parar tudo e nem a polícia vai dar conta do crime, porque também vai se envolver nele. Caro Jornalista, não faça prognósticos baseados no modo de vida dos dirigentes. Escreva a olhar para a classe trabalhadora. Muitos já deram opiniões e depois desapareceram quando deu pro torto.



Baptista Martins Camungo

Muito bem valor real. Para que isso aconteça o executivo teria que actualizar o salário mínimo. Passaria a Kz 132.000,00, façam as contas, a moeda tem duas faces



José Luís Fernandes

Grande verdade! O Estado Angolano para subsidiar os combustíveis está a tirar dinheiro da educação e da saúde dos angolanos. Está a dar a quem tem carro o que tira a quem nem casa tem



Kimbamba Kimbamba

José Luís Fernandes E tirando esses subsídios a educação e a saúde melhoram neste pedaço de terra? Anedota!



Antonio O C Chieque

Eu li o texto, o autor apresenta o benefício do subsídio aos utentes de Viaturas, minha questão qual é a percentagem destes ricos (utentes de carro) em relação aos que consomem pão que é a base da queima de gásóleo, qual é a percentagem do gásóleo para as viaturas privadas (ricos) em relação ao gásóleo que é usado para produção de energia elétrica principalmente a parte Sul do País com destaque de maior concentração Populacional a Huíla? O aumento do preço dos refinados, tem que ter em conta 1º quando a produção elétrica via gásóleo for residual porque aumentado o preço do gásóleo implicaria o encarecer do preço da energia elétrica a indústria e ao consumidor final!



Edivirgens Cesar Ednaya

Parem de fazer estudos que deixam o pobre mais pobre ainda. Comecem a fazer estudos de redução do salário milionário dos governantes, SONANGOL, ENDIAMA. De todos os que ganham milhões, enquanto alguns como eu ganhamos 40.000 kz e funcionários do Estado e Ministeriais.

Covid-19

APÓS ALERTA SOBRE ÓMICRON

Britânicos fazem filas de espera para terceira dose

Os centros de vacinação em Inglaterra estão com longas filas na sequência do apelo do Governo britânico aos adultos para se protegerem com uma terceira dose de reforço devido ao risco da variante Ómicron.

A página de agendamento pela Internet esteve inacessível temporariamente devido ao excesso de procura, após o primeiro-ministro, Boris Johnson, apelar no domingo aos adultos elegíveis, ou seja, aqueles que tenham recebido uma segunda dose, para que se apresentassem nos centros.

O resultado foi uma corrida a centros com tempos de espera de várias horas desde esta manhã.

No hospital St. Thomas, na margem sul do Rio Tamisa, em

Londres, a fila estendia-se pela Ponte de Westminster em direcção ao parlamento na outra margem.

O sistema deverá abrir os agendamentos aos menores de 30 anos na quarta-feira, com o objectivo de disponibilizar uma terceira dose a todos os maiores de 18 anos até ao final do mês, o que implica administrar cerca de um milhão de vacinas todos os dias.

O ministro da Saúde, Sajid Javid, reconheceu no parlamento que procedimentos médicos de rotina terão que ser adiados para atingir a meta, mas explicou que se não for dada “prioridade ao reforço agora, as consequências para a saúde serão mais graves nos próximos meses”.



MEDIDAS ALIVIADAS

Angola e Moçambique saem da “lista vermelha” do Reino Unido

O governo britânico informou, através da declaração feita pelo ministro da Saúde, Sajid Javid, nesta terça-feira (14) no parlamento, que vai retirar da “lista vermelha” de viagens internacionais todos os 11 países africanos que estavam impedidos de viajar para aquele país, incluindo Angola e Moçambique.

O ministro garantiu que a suspensão será levantada a partir desta quarta-feira (15) e justificou a decisão como não sendo mais eficaz, para a medida aplicada no final de Novembro para impedir a entrada de casos da variante Ómicron de covid-19, primeiro identificada na África do Sul, uma vez que esta variante já está espalhada no Reino Unido.

Enquanto vigorava a medida, apenas britânicos e residentes no Reino Unido poderiam viajar dos países na ‘lista vermelha’, mas ficavam sujeitos a cumprir quarentena de 10 dias num hotel designado e às suas custas. Mas, a partir de quarta-feira, aplicam-se as regras normais, nomeadamente testes pré-embarque e outro nas primeiras 48 horas após a chegada, sendo obrigatório o isolamento até ser dado um resultado negativo.

TOTTENHAM

Oito jogadores testam positivo

O treinador do Tottenham, Antonio Conte, revelou que oito jogadores e cinco membros da equipa técnica do clube londrino testaram positivo ao novo coronavírus.

Segundo o treinador “todos os dias” há pessoas com covid-19. “A situação é séria. Claro que estamos um pouco assus-

tados, porque não sabemos o que vai acontecer”, explicou o técnico italiano em conferência de imprensa.

As regras da UEFA determinam que uma partida pode ser realizada desde que os clubes tenham pelo menos 13 jogadores seniores disponíveis, incluindo, pelo menos, um guarda-redes.



NA CHINA

Confirmado primeiro caso da Ómicron

A China informou que detectou o seu primeiro caso da variante Ómicron da covid-19 no continente, na cidade de Tianjin, no Norte. A imprensa chinesa refere que o caso foi importado do estrangeiro. Especialistas daquele país asiático já tinham admitido, no final de Novembro, existir uma “alta probabilidade” de a variante do Sars-Cov-2 Ómicron chegar à China, embora tivessem demonstrado confiança nas rígi-

das estratégias de prevenção do país para evitar a transmissão.

Ainda não foram divulgados detalhes sobre a nacionalidade ou histórico de viagens da pessoa infectada, um paciente assintomático que foi colocado em quarentena após a sua chegada ao país asiático.

O jornal Global Times acrescenta que o doente está isolado num hospital da cidade, a 111 quilómetros da capital, Pequim.



A ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde (OMS) estima que até 2024 o continente africano pode não conseguir vacinar 70% da sua população contra a covid-19.



CABO VERDE

Arranca vacinação de 60 mil crianças

Cabo Verde vai começar esta semana a vacinar cerca de 60 mil crianças e adolescentes dos 12 aos 17 anos contra a covid-19, informou o director nacional de Saúde, que pediu o consentimento dos pais.

Em conferência de imprensa semanal para fazer o ponto de situação da pandemia no país, Jorge Noel Barreto disse que já está tudo a postos e os menores vão ser vacinados com as 200.070 vacinas da Pfizer oferecidas esta semana pelos Estados Unidos da América.

No total, disse que há cerca de 60 mil pessoas com idades entre 12 e 17 anos no país, sendo que a maior parte está nas escolas, um dos locais onde vai decorrer a vacinação, além dos actuais postos em todo o país, sobretudo para aqueles que não frequentam as escolas neste momento.

“Nós pensamos que a vacinação dos adolescentes deverá decorrer sem sobressaltos, porque nós já temos a experiência da vacinação de adultos”, realçou o especialista sanitário, que aproveitou para pedir o consen-

timento dos pais e encarregados de educação.

Mas o responsável entende que não haverá muita dificuldade neste sentido, tendo em conta a boa taxa de cobertura nacional dos adultos, que é neste momento de 83,4% com a primeira dose e 69,6% já completamente vacinados.

Jorge Barreto garantiu que Cabo Verde vai atingir ainda esta semana a meta de 70% de adultos completamente imunizados, mas salientou que vai depender de as pessoas comparecerem aos postos de vacinação.

VICE ASSUME CARGO INTERINAMENTE

Presidente sul-africano testa positivo

O presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa testou positivo a covid-19. Ramaphosa está a receber tratamento para forma leve de covid-19 depois de ter testado positivo indicou o seu gabinete.

Ramaphosa começou a sentir-se indisposto e um teste confirmou o diagnóstico de covid-19, segundo um comunicado da Presidência, que refere que está em isolamento na Cidade do Cabo e a ser monitorizado pelos Serviços de Saúde Militares da África do Sul, tendo delegado todas as responsabilidades no vice-

presidente, David Mabuza, durante a próxima semana.

O chefe de Estado sul-africano, de 69 anos, tem a vacinação completa, e o comunicado não precisa se está infectado com a variante Ómicron do coronavírus SARS-CoV-2, causador da doença respiratória.

Na semana passada, Ramaphosa visitou quatro países da África ocidental e tanto ele como todos os membros da sua comitiva foram testados em cada um dos países durante a viagem.

Alguns elementos da comitiva testaram positivo na Nigéria e regressaram directamente à África do Sul, enquanto, durante o resto da viagem, o presidente e a delegação testaram negativo. Ramaphosa regressou do Senegal a 8 de Dezembro.

Segundo o comunicado, o presidente sul-africano afirmou que a infecção serve de alerta a toda a população do país para se vacinar e manter-se vigilante, sublinhando que a vacinação continua a ser a melhor protecção contra doença grave e hospitalização.



RECONHECE O GOVERNO

Pandemia travou universalidade dos serviços de saúde

O secretário de Estado para a Saúde Pública declarou que a pandemia da covid-19 inviabilizou a construção de novas infra-estruturas hospitalares, um dos desafios para a universalidade dos serviços de saúde no país.

Franco Mufinda falava em declarações à imprensa à margem de um acto de celebração do Dia Mundial da Cobertura Universal da Saúde, que reuniu em Luanda representantes do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O governante sublinhou que há uma necessidade cada vez maior de infra-estruturas em resposta ao

crescimento demográfico populacional, para o qual o Governo gizou o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) com vista ao surgimento de postos de saúde, centros de saúde e hospitais municipais em alguns pontos de Angola, que vão surgindo.

Segundo Mufinda, os recursos que deviam ser dedicados exclusivamente à construção de novas infra-estruturas, para a redução do impacto da malária, da tuberculose, VIH/Sida e outras endemias da comunidade angolana, “foram desviados para apoiar esta pandemia”.



Marcas & Estilos



Lumes mágicos

Uma maneira segura e portátil de incorporar o ambiente e um lume activo. A FLIKR Fire criou a lareira de mesa para permitir que aprecie as chamas dançantes de uma candeia em qualquer lugar de casa. Construído a partir de um material de cimento quase mágico que não sobraquece ou se desintegra após horas de exposição ao calor.



Gostos personalizados

Olhos de coração para esta bolsa ultrachique Heart Coin! Uma charmosa bolsinha com um fecho cheio de detalhes dourados nas cores favoritas, com o chaveiro perfeito para prender na bolsa.



AUTOMÓVEL

Potente até na potência

O exterior é desportivo com grades escuras de radiador específicas, faróis de LED e luzes traseiras (lentes únicas), pontas de silenciador duplas e rodas de liga leve de 18 polegadas específicas.

O interior apresenta um painel de supervisão, um volante D-cut e uma mudança de remo. Em particular, este modelo traz tem altura 5 mm a menos que o modelo básico.

Equipado com um motor 1.6 turbo a gasolina, o novo Hyundai Avante Sport produz uma 'potente potência' de 204 cavalos.

AGENDA

LUANDA

16 DE DEZEMBRO

2.ª Conferência sobre Internet das Coisas, em formato digital, para debater e reflectir sobre a tendência e impacto da Internet das Coisas no mundo, e analisar o enquadramento no mercado, entre outros.

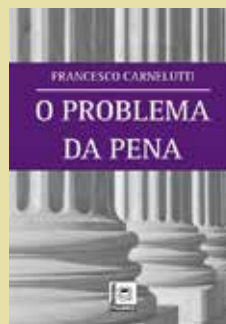
17 DE DEZEMBRO

Workshop 'Conteúdo local, o Fortalecimento do Empresariado Angolano', no Hotel Epic Sana, às 09h00, e conta com a presença do ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

DE 16 A 19 DE DEZEMBRO

Campeonato de Poesia Falada no Palácio de Ferro. Bilhetes custam 1.000 kwanzas. A partir das 15h00.

LIVROS



FRANCESCO CARNELUTTI

apresenta nesta obra, O Problema da Pena, matérias jurídicas de complexa percepção que envolvem a visão social sobre o infractor e a sua recuperação, além de temas como a ofensa, o dano, e a relação formal entre o delito e a pena.



A VIDA INTELECTUAL: Seu espírito, suas condições, seus métodos é uma obra-prima na qual Sertillanges se propôs a desenvolver um guia com lições claras e precisas sob inspiração dos Dezesesseis Preceitos de São Tomás de Aquino.



TURISMO

Uma fonte de bem-estar

As praias ensolaradas do Algarve oferecem locais perfeitos para todos os tipos de turistas, desde os que buscam a animada vida nocturna da maravilhosa e vibrante Lagos até os que desejam permanecer isolados na tranquilidade de Sagres. Essa região mais ao Sul de Portugal oferece atracões históricas em Silves, a antiga capital dos mouros, e na fascinante Tavira: óptimos campos de golfe, praias fabulosas desde a Praia da Luz até a Armação de Pera, as fontes termas de Caldas de Monchique e muitos quilómetros de cavernas e grutas de calcário, penhascos e baías ao longo das costas rochosas.

O Rodízio e Churrascaria do Rui é um restaurante onde o lazer proporciona mesmo um verdadeiro prazer. O melhor aqui é que há algo para todas as idades, seja um bife italiano, seja um saboroso menu infantil. Um lugar que sempre aconselhável a clientes apreciadores do ócio.

DE 38 GRAUS EM JUNHO DE 2020

ONU valida temperatura recorde no Ártico

CLIMA. Pesquisadores da OMM investigam temperatura de 54,4°C registada em 2020 e este ano no local mais quente da Terra, o Vale da Morte na Califórnia.

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) validou esta terça-feira, 14, a temperatura recorde de 38° Célcius no Ártico, registada na cidade russa de Verkhoyansk em 20 de Junho de 2020, um novo "sinal de aviso sobre as alterações climáticas".

"Este novo registo ártico é uma das observações reportadas ao arquivo de climas extremos da OMM, uma agência da ONU, que está a soar o alarme sobre as mudanças sofridas pelo

nosso clima", salientou o secretário-geral da OMM, Petteri Taalas, observando que no mesmo ano a Antártida também registou um recorde de 18,3°C.

Verkhoyansk situa-se cerca de 115 quilómetros a Norte do Círculo Ártico e as temperaturas têm sido aí medidas desde 1885.

Esta região da Sibéria Oriental tem um clima continental muito seco, resultando em invernos muito frios e verões muito quentes.

"Este inquérito destaca o aumento das temperaturas numa região que é importante para o resto do mundo em termos de clima", pelo que é importante monitorizá-

-la continuamente, disse o relator da OMM sobre clima e extremos climáticos, Randall Cerveny.

Os investigadores da OMM estão a tentar "verificar uma temperatura de 54,4°C registada em 2020 e 2021 no local mais quente da Terra, o Vale da Morte na Califórnia, e também validar um novo recorde europeu de calor de 48,8°C estabelecido na Sicília este Verão", disse Taalas.

O grupo de peritos responsáveis pela certificação destes registos examina a validade dos instrumentos utilizados para medição e a coerência com a meteorologia actual.



Peritos examinam a validade dos instrumentos utilizados para medição e a coerência com a meteorologia.



POLÍCIA MOÇAMBICANA

Três detidos por posse de cornos de rinoceronte

A polícia moçambicana deteve três homens na posse de dois cornos de rinoceronte que pretendiam vender na capital do país.

Em declarações à Lusa, o porta-voz da Polícia de Moçambique avançou hoje que os homens, com idades entre 28 e 41 anos, foram detidos na sexta-feira, ao longo da Estrada Nacional Número 04, disse.

Segundo Carmínia Leite, a polícia chegou até eles através de uma denúncia. "Os cor-

nos estavam numa pasta e eles seguiam num furgão de transporte de passageiros para a cidade de Maputo para os comercializar", disse a fonte.

De acordo ainda com a polícia, os homens dizem ser intermediários e que terão recebido os cornos do seu chefe, no distrito de Moamba, arredores de Maputo.

O grupo foi detido no âmbito de trabalhos de patrulhamento da polícia, que apelou para que não se trafiquem cornos de rinoceronte por se tratar de uma "espécie protegida e em vias de extinção no país".

NÚMEROS DA SEMANA

275

Mil, vacinas doadas pela Alemanha a Angola como contributo para o combate à pandemia da covid-19.

13

Mil milhões USD, estimativa do Governo do valor em activos e espécies apreendidos no âmbito da recuperação de activos, dos quais cerca de metade no estrangeiro.

26,98%

Taxa de inflação registada em Novembro, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE).

34

Activos que serão leiloados, na próxima quarta-feira, pela Comissão de Avaliação e Negociação dos Leilões Electrónicos da BPC-Imobiliária.



NA ASSEMBLEIA NACIONAL

OGE 2022 aprovado pelo MPLA contra vontade da oposição

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2022 foi aprovado esta terça-feira (14) na Assembleia Nacional votos do MPLA, ao passo que a Unita e a Casa-CE votaram contra. O PRS e a FNLA

abstiveram-se.

O OGE de 2022 está avaliado em 18,7 biliões de kwanzas, e o Executivo espera um crescimento do Produto Interno Bruto de até 2,4% com maior contribuição do sector petrolífero (3,1%). Para as despesas prevê alocar 50% do total ao serviço da dívida pública.

Nas declarações de voto, Vir-

gílio de Fontes Pereira, presidente do grupo parlamentar do MPLA, justificou que o seu partido votou a favor do orçamento por “constituir o garante material da acção governativa”, sem o qual não é possível canalizar os recursos financeiros para manter a funcionalidade das instituições e da economia. O líder da

bancada maioritária acrescentou que o OGE de 2022 tem, como suporte, o equilíbrio das contas nos últimos quatro anos, que permitem ao país não ficar dependente dos recursos de petróleo. Fontes Pereira apontou, como exemplo, o pagamento dos salários da função pública, o que, no seu entender, constitui um facto inédito em 46 anos de Independência.

Já a Unita justificou o voto contra com o facto de não concordar que a prioridade do OGE de 2022 seja a dívida pública, visto que a mesma não é auditada e nem certificada. Levantando receios por representar 50% da despesa global.

O maior partido na oposição diz ainda não compreender que o segundo sector prioritário sejam os serviços dos órgãos de soberania, com 24% da despesa global, ao passo que o sector social é colocado em penúltimo lugar com 19% da despesa global, mas ainda assim posicionado na escala das prioridades do Executivo.

O partido liderado por Adalberto Costa Júnior lamenta ainda o facto de a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) recomendar 10% para a agricultura e o orçamento aprovado atribuir apenas 3,28%. Nota igualmente que o Executivo não está a cumprir o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018–2022, já que no instrumento se prevê atingir-se até 20% e 15% do OGE em 2022 para a educação e saúde respectivamente. Já a Casa-CE discorda da atenção dada à covid-19 no OGE 2022, afirmando que a malária mata anualmente 10 vezes mais vidas humanas do que esta pandemia.

NOS ÚLTIMOS DOIS MESES

Preços de produtos subiram 2,26%

De Outubro a Novembro, o índice de preços grossistas registou uma variação mensal de 2,26%, representando um aumento de 0,02 pontos percentuais, face ao período anterior, e 0,09 pontos percentuais em relação ao mesmo

mês do ano passado.

Contribuíram para a variação os produtos nacionais e importados. Em Novembro, os preços dos produtos nacionais registaram um aumento de 2,61% em comparação aos de Outubro. Foram influenciados pelos produtos de origem agrícola e animal. Já os importados tiveram um aumento de 2,15% em rela-

ção ao mês anterior, também influenciados pelos produtos de origem agrícola e animal.

No período em referência, o índice de preços do consumidor nacional registou uma variação de 2,08%, constituindo uma aceleração de 0,09 pontos percentuais face ao mesmo período do ano anterior. Em termos regionais, a maior variação foi regis-

tada no Cuanza-Norte com 2,25%, Huila com 2,24%, Zaire, Malanje e Namibe com 2,23% respectivamente. Já a menor foi verificada no Bié com 1,88%, Bengo com 1,91%, Cuanza-Sul e Uíge com 1,95% cada, e Cunene com 2,02%.

A alimentação e bebidas não alcoólicas foram a que mais contribuíram para o aumento do nível geral de preços com 1,41 pontos percentuais durante o mês de Novembro, seguidas das classes de bens e serviços diversos com 0,13 pontos percentuais, mobiliário, equipamento doméstico e manutenção com 0,11 pontos percentuais, transportes com 0,09 pontos percentuais. Enquanto as restantes classes tiveram contribuições inferiores a 0,09 pontos percentuais.